

Estável, taxa de desemprego termina 2017 em 11,9%, afirmam economistas

Por Ana Conceição

Se a média das projeções de 27 consultorias e instituições financeiras se realizar (11,9%), a taxa de desemprego terá terminado 2017 praticamente no mesmo nível do ano anterior, quando foi de 12%. Essa aparente volta ao mesmo lugar embute uma melhora do mercado de trabalho ao longo do ano passado, ainda que marcada pela criação de posições precárias, sem carteira assinada e por conta própria, e por baixos salários. No início do ano passado, o desemprego disparou, chegando ao recorde de 13,7% em março, mas a partir dali recuou de forma contínua até o trimestre encerrado em novembro, quando chegou a 12%, com um inesperado e forte crescimento do emprego informal.

No quarto trimestre, a ocupação deve aumentar um pouco mais ainda com participação importante dos sem carteira e conta própria, afirma Bruno Ottoni, economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), que estima taxa de 11,8% no período. A taxa oficial de desemprego em 2017 será divulgada hoje, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. "De certa forma, há uma manutenção do cenário visto nos últimos meses. Devemos ver um aumento de população ocupada ainda puxado pela informalidade, embora em menor medida que no terceiro trimestre", afirma Ottoni.

O resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de dezembro, que surpreendeu, diz Ottoni, também sinaliza que o emprego formal pode ter dado uma contribuição positiva para a taxa de desemprego. De uma forma geral, as estimativas para a Pnad Contínua do quarto trimestre oscilam muito pouco, sendo que a maioria (20 de 27) está entre 11,8% e 11,9%, embora o intervalo seja um pouco mais largo, de 11,6% a 12%. O Santander, que prevê taxa de 11,9% destaca a contribuição do emprego formal. "Em linha com a maior geração de vagas com carteira assinada em dezembro, a taxa de desemprego deve mais uma vez mostrar queda, atingindo 11,9%, ou 12,4% se excluídos os efeitos da sazonalidade, enquanto a massa salarial real deve exibir crescimento ao redor de 4% ao ano", afirma o banco, em nota.

Na média do ano, a taxa de desemprego vai passar de 11,5% em 2016 para 12,7% em 2017, segundo a média das estimativas, um dado influenciado pelas altas taxas do início do ano. O número de desempregados deve ter fechado 2017 próximo dos 12 milhões (ante 12,3 milhões no fim de 2016), um número ainda muito alto e, para 2018, embora se espere uma melhora na criação de vagas, a taxa de desemprego deve seguir acima dos dois dígitos.

(Fonte: Valor Econômico – 31/01/2018)

Empresários têm insegurança com reforma

Receio em adotar algumas das novas normas trabalhistas é justificado, segundo especialistas da área, já que disputa no judiciário ainda pode durar alguns anos e alterações na lei são possíveis

RENATO GHELFI DE SÃO PAULO

O trabalho intermitente e a negociação individual com funcionários estão entre os pontos da reforma trabalhista que trazem maior incerteza para empresários do Estado de São Paulo, aponta pesquisa.

Os tópicos ficaram entre os mais citados quando os executivos foram questionados sobre as regras que merecem um maior tempo de espera antes de serem adotadas, para que seja consolidado um posicionamento mais claro do Legislativo ou jurisprudencial. O levantamento foi realizado pelo Sindicato das Empresas de Contabilidade e de Assessoramento no Estado de São Paulo (Sescon/SP).

Além do trabalho intermitente e da negociação individual, ambos mencionados por 9% dos entrevistados, tiveram destaque o trabalho autônomo (8%), a rescisão por acordo (8%), a terceirização (8%), o acordo coletivo diretamente com o sindicato (8%) e o pagamento de parcelas que não integram a remuneração tradicional (8%).

“No começo, a reforma vai trazer um pouco de insegurança, já que existem diversos posicionamentos distintos dentro do judiciário. Isso pode durar alguns anos, até que um tribunal superior, como o STF [Supremo Tribunal Federal], defina uma interpretação para os pontos polêmicos da lei”, afirma Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sescon/SP.

Desembargadora da Justiça do Trabalho, Ivani Contini Bramante também acredita que deve haver certa instabilidade com a nova lei, ao menos em um primeiro momento. “É necessário ter muita cautela, pois só daqui a dois ou três anos os tribunais vão assentar uma forma de julgamento mais homogênea. Hoje, vemos vários juízes com posições bastante distintas”, afirma ela.

Sobre as dúvidas em relação ao trabalho intermitente, Shimomoto diz que parte dos empresários faz uma “leitura errônea” do novo modelo de contratação. “Muitos deles acham que o [trabalho] intermitente substituirá o tradicional, mas não é bem assim. Esse contrato só é benéfico em situações bastante específicas, por exemplo quando há o trabalho sazonal.”

INFORME

Shimomoto afirma também que as empresas de contabilidade devem enfrentar certa dificuldade para se adaptar às novas regras. “Vai dar um bom trabalho, inclusive porque as convenções coletivas passaram a ter um peso maior para os contratos”. Com isso, explica ele, os contabilistas precisarão estudar, além da CLT e das legislações trabalhistas específicas, os acordos coletivos de cada classe.

Para a advogada e contabilista Valéria Maria Sant’Anna, o desafio será a adequação simultânea à nova CLT e ao eSocial, plataforma eletrônica que vai reunir dados trabalhistas, tributários, fiscais e previdenciários dos trabalhadores. “Além das mudanças estabelecidas pela reforma [trabalhista], o eSocial está entrando em vigor durante este ano, trazendo exigências que são estranhas para boa parte dos empresários, especialmente aqueles que têm companhias de médio e pequeno porte.”

Mudanças

O levantamento do Sescon/SP também mostrou quais são as práticas da reforma trabalhista que os empresários pretendem implementar de imediato.

O parcelamento de férias foi o tópico preferido pelos executivos, citado por 19% dos entrevistados. Outros pontos que tiveram destaque foram a negociação individual com novos empregados (10%), o uso do banco de horas com período de seis meses (9%), a rescisão por acordo (8%) e a compensação de jornada (8%).

SP tem maior distância entre salário de homens e mulheres

Trabalhadoras recebem proporcionalmente menos nas regiões mais ricas do Brasil, enquanto há maior igualdade dos recebimentos nos estados mais pobres

RENATO GHELFI DE SÃO PAULO

As mulheres recebem, em média, 66,6% do que ganham os homens no Estado de São Paulo. A distância salarial entre os sexos é a maior de todo o País, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um dos principais motivos para essa disparidade é a escassez de trabalhadoras nos cargos mais altos das empresas, afirmam especialistas consultados pelo DCI. “Grande parte dos postos com salários maiores está concentrada em São Paulo e a maioria deles é ocupada por homens, ainda que a escolaridade das mulheres, em média, seja superior”, diz Viviane Narducci, diretora da Narducci Consulting, empresa que trabalha com gestão de pessoas.

INFORME

Segundo ela, muitas companhias apostam mais no potencial dos homens. “É uma avaliação preconceituosa, que infelizmente ainda está presente no mercado”, afirma.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) trimestral, do IBGE, mostra que as mulheres recebiam, em média, R\$ 2.110 no Estado de São Paulo entre julho e setembro de 2017, bem menos que os R\$ 3.169 obtidos pelos homens na região.

Outra causa da diferença salarial entre os sexos é a falta de divisão dos afazeres domésticos entre homens e mulheres, diz Denise Delboni, professora de economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). “A maternidade segue afetando mais a carreira das mães, que ficam mais tempo com tarefas ligadas aos filhos.”

De acordo com o levantamento Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, divulgado em 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as mulheres brasileiras trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana, em grande parte por causa da falta de divisão das tarefas domésticas.

Delboni diz também que várias carreiras com participação feminina tradicionalmente maior costumam pagar salários menores. “É o caso da enfermeira que recebe menos que o médico, por exemplo”, afirma ela.

Buraco menor

Em níveis menores, a diferença nas folhas de pagamento entre os sexos também é registrada nos outros estados, especialmente nas regiões mais ricas do Brasil. É o caso do Distrito Federal, onde estão os salários mais altos do País. Lá, as mulheres recebem, em média, R\$ 3.196, 79,7% do que ganham os homens.

Por outro lado, a distância é menor nos estados mais pobres. No Maranhão, os ganhos das trabalhadoras ficam em R\$ 1.162, 92% do rendimento dos homens. Em Roraima, elas recebem R\$ 1.960 por mês, 97,8% do salário deles.

Segundo Narducci, o salário mínimo nacional e uma proporção maior de cargos públicos no mercado de trabalho explicam a proximidade dos salários nas regiões mais pobres do País. “O [salário] mínimo e os concursos públicos não discriminam pelo sexo do trabalhador”, explica ela.

(Fonte: DCI – 31/01/2018)